



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ
Praça da Matriz, 344 Fone/Fax 345-1519
Cep. 78.175-000 - Poconé-MT
PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

| Controle de tramitação | Votos favor | Votos contra | Abst. | Aprova-do | Rejeita-do | Visto | () Projeto de Lei () Projeto Decreto Legislativo () Projeto de Resolução (X) Requerimento () Indicação () Moção () Emenda () Emendas a Lei Orgânica () Parecer () Outros (Proj. Lei Complementar) | Número |
|--------------------------------------|-------------|--------------|-------|-----------|------------|-------|---|---------|
| 1ª discussão () Única () / / | | | | | | | | 11/2023 |
| 2ª discussão () / / | | | | | | | | |
| Redação final / / | | | | | | | | |
| Conces. Vistas / / | | | | | | | | |
| Outros / / | | | | | | | | |

Autor: VEREADOR LUIS EDUARDO, “DUDU CARRAPATO”, PSDB.

PROTOCOLO:

Recebi ____/____/____

Secretaria

() APROVADA(O)

() REJEITADA (O)

EM, ____/____/____.

Itamar Lourenço da Silva
Presidente

Exmº. Srº. Presidente da Câmara Municipal de Poconé-MT.

O Vereador que a este subscreve, nos termos do Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REQUER a Mesa Diretora seja oficializada a Sua Excelência Deputado Federal Zé Silva, (Solidariedade – MG), a Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal; Frente Parlamentar da Mineração Sustentável; Bancada dos Deputados Federais do Estado de Mato Grosso, para que os excelentíssimos Deputados, Comissão e Frente Parlamentar, informe a Câmara Municipal dos Vereadores de Poconé sobre os tramites, discussões e novas legislações em análise, o que já está sendo feito em âmbito governamental para desburocratizar a comercialização e certificação do ouro junto as mineradoras legais e combater o problema da comercialização ilegal do ouro no país, as tecnologias disponíveis e em que o Legislativo pode contribuir.

Que seja esclarecido a esta Casa de Leis sobre a tramitação da PL 2580/23, com objetivo implementar o uso de tecnologia digital para possibilitar a rastreabilidade do ouro produzido e comercializado no Brasil, bem como a PL 3025/23, que atualizará normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional. E outros assuntos que Vossas Excelências acreditem ser pertinentes.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que é de suma importância a rastreabilidade do ouro por razões diversas, dentre elas, denúncias de irregularidades na cadeia produtiva, exploração ilegal em terras indígenas e em unidades de conservação, a mudança de mecanismos para atestar a origem do metal e impedir que o ouro ilegal entre no mercado formal foi alterado pura e simplesmente através do Banco Central que afastou a chamada presunção da legalidade da origem e de boa-fé dos compradores no comércio de ouro no país.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ
Praça da Matriz, 344 Fone/Fax 345-1519
Cep. 78.175-000 - Poconé-MT
PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

A ação não foi através de nova legislação, e sim através de INSTRUÇÃO NORMATIVA que endureceu as regras para a compra do metal (publicada na terça-feira, 01 de agosto de 2023) no Diário Oficial da União.

Sabedores que o documento segue o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, em maio passado, decidiu pela inconstitucionalidade do art. 39, § 4º, da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que previa tais mecanismos jurídicos. Ou seja; após 10 anos de operação das empresas mineradoras que acreditavam na constitucionalidade da legislação pertinente.

A Instrução Normativa do Banco Central determinou que as instituições financeiras autorizadas a comprar ouro passem a observar que não há presunção de legalidade do ouro adquirido, nem presunção de boa-fé da pessoa jurídica adquirente.

Além do afastamento da presunção, a norma lista uma série de Instruções Normativas que os compradores precisam respeitar integralmente, como as resoluções do Conselho Monetário Nacional e pelo próprio Banco Central para prevenir, entre outras coisas, a lavagem de dinheiro.

Cidades como Poconé, que são grandes produtoras do minério, deseja apenas celeridade nas avaliações dos referidos documentos e agilidade por parte do governo e instituições fiscalizadoras.

Esse pedido se dá porque Poconé opera com mineradoras legalizadas e que estão sempre cumprindo com seus deveres, no entanto o prazo para realizar a comercialização do ouro está burocraticamente comprometendo a geração de emprego e renda, operação mineral, aquecimento do comércio local e regional e arrecadação de impostos.

Sala das Sessões “Josefa Gonçalves”, em 07 de novembro de 2023.

Vereador Luís Eduardo, “Dudu Carrapato”, PSDB.